

1 **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**
2 **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
3 **ATA 11/97 REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS/POA**

4 Aos 03 dias do mês de julho de 1997, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde,
5 Av. João Pessoa, 325 - 2º andar, reuniu-se o plenário do CMS/POA para deliberar
6 sobre a ordem do dia: - Emenda Popular; Atestados de Saúde Ocupacional e Programa
7 de Saúde do Trabalhador de Porto Alegre; Prestação de contas do 1º trimestre/SMS;
8 Assuntos gerais. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Hélio Santos, Palmira
9 Marques da Fontana, Sônia Maria Loureiro Scheibler, Giovana Monteiro, Humberto
10 Scorza, Joel Soares, Luígia Dalla Rosa, Ione Nichele, Jaci dos Santos, Feliciano de
11 Oliveira, Maria Alice Calvete, Maria Encarnacion Ortega, Valdívia Lucas, João Paulo M.
12 Lacerda, Adilson Bier, Luiza Maria Ribeiro, Maria Rejane Seibel, Manoel Mayer Júnior,
13 Rejane Veiga Oliveira, Lenise Hetzel, Elizabeth E. Cassali, Mara Rosani S. Benedetto,
14 Regina C. Rodrigues, Henrique Fontana Júnior, Jorge Abib Cury, Paulo Roberto Garcia,
15 Roger dos Santos Rosa, Delmar Oliveira da Silveira, Deoclides F. de Almeida, Marta
16 Piccinini, Neusa S. L. Heinzelmann, Ana Lúcia Valente Menzel, Ernani Tadeu Ramos,
17 Renato Moreli Guimarães, Amaro Silva de Souza. Os Visitantes: Paulo Roberto
18 Bittencourt - Estudante, Terezinha Maraskin - GD 2, Vinícius Cabral Almeida - usuário
19 do SUS, Maria Letícia Garcia - CLS 4, Fátima Santos - usuário do SUS, Stênio
20 Rodrigues - Sindipolo - CUT, Francisco Mazzuca - GD 3, Ana Maria F. Haase GD 6,
21 Maria Luiza Miranda CLS 4, Neusa Camargo, Cláudio Garcia Teixeira - CLS 10 e Iria
22 Charão - Gabinete do Secretário - SMS. Iniciou-se a reunião com a leitura da ata
23 datada de 19/6/97 feita a leitura e as devidas correções, foi aprovada com 03
24 abstenções. Passou-se a seguir para os informes. 1º Informe: Secretário Adjunto Eno
25 relata que pela manhã houve na Assembléia Legislativa a retomada do Fórum em
26 Defesa dos Hospitais Públicos, estiveram presentes entidades do CMS, CES e
27 representação da vice-presidente da comissão de Saúde da Assembléia Legislativa.
28 Foi definidos alguns encaminhamentos com atividades integradas ao movimento SOS-
29 SUS: Todos pela Saúde, Saúde para todos; criação de uma comissão executiva para
30 organizar as atividades de lançamento do comitê. Convida todos os conselheiros a
31 somar-se nesta luta. Informa que foi aprovada na Câmara de Vereadores de Porto
32 Alegre uma moção de repúdio as organizações sociais, foram votadas e somente três
33 vereadoras votaram contra, finaliza informando que o convênio entre M.S e SSMA foi
34 prorrogada, com isso os 420 trabalhadores da FUGAST continuarão no HPV.
35 Conselheiro Joel complementa o informe, esclarecendo que o objetivo deste fórum é
36 juntar todos materiais referentes às Organizações Sociais. Quanto a proposta de data
37 debate com Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde
38 (CONASEMS) Gilson Cantarino dia 24/7 poderá ser alterada, porque haverá outras
39 atividades na cidade, uma vez que o objetivo é integrar os movimentos: (Coletivo de
40 Saúde - CUT, FRACAB, FETAG, MST). Finaliza convidando todos os conselheiros a
41 participarem da reunião do Fórum que serão as quintas-feiras na Assembléia
42 Legislativa. Conselheira Regina informa que o Conselho Federal de Medicina tem
43 posição contrária as Organizações Sociais. A categoria dos previdenciários está
44 organizada um documento com críticas a proposta de Organizações Sociais e
45 apresentarão estas no Congresso Estadual da CUT. Iria sugere que todos os
46 conselheiros se comprometam em divulgar essas atividades do comitê, criando na
47 cidade um movimento articulado que possa barrar esta proposta de privatização da
48 saúde elaborada pelo Governo Federal. **1 Emenda Popular** - Secretário Henrique
49 apresenta para avaliação do Conselho a proposta de Emenda Popular para orçamento
50 do Estado do Rio Grande do Sul para o próximo ano. Secretário lê o texto que se
51 segue "Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre presta atendimento qualificado para
52 a população de todo o Estado do Rio Grande do Sul. Porém, é mantido essencialmente
53 com recursos do Município, sendo que Governo Estadual não contribui com recursos
54 para o sustento do Hospital. Cerca de 40% dos atendimentos são prestados a
55 pacientes de outros municípios. O atendimento de qualidade 24 horas custa, por ano,

56 30 milhões de reais. Deste total, 23 milhões e 600 mil reais são verbas da Prefeitura de
57 Porto Alegre e pouco mais de 6 milhões de reais são verbas do Sistema Único de
58 Saúde. O Estado tem negado a destinação de 40% do valor gasto pelo HPS com o
59 atendimento de pacientes de outras cidades. É consenso que o HPS está de portas
60 abertas, salvando vidas, e seria inexplicável que o Estado seguisse negando sua
61 parcela de colaboração aquele Hospital, que atende tosa a população do Estado. Um
62 serviço tão importante deve continuar sendo prestado com a responsabilidade de
63 todos. Por isso, estamos apresentando emenda popular ao orçamento do Estado do
64 Rio Grande do Sul, buscando a destinação de R\$ 9.440.000,00 por ano ao Hospital de
65 Pronto Socorro de Porto Alegre”. Conselheiro Deoclides relembra que o Ministro da
66 Saúde na audiência com CMS não se comprometeu em repassar recursos para PSF e
67 sugere que o HPS registre quantas pessoas de outros municípios são atendidas
68 diariamente para sensibilizar os deputados, quando estes votarem. Conselheira
69 Regina, lembra quando governador vetou a emenda no ano passado, faltou vontade
70 política do Estado em aprovar esta emenda. Sugere para o gestor municipal clarear a
71 proposta e mudar o termo gratuito. Secretário Henrique Fontana, acolheu sugestão.
72 Conselheiro Humberto questiona se o HPS está cobrando dos seguros privados o
73 ressarcimento pelo atendimento. Conselheiro Feliciano, relata que foi bem atendido no
74 HPS. Secretário Henrique Fontana fala que existe dificuldade na cobrança dos seguros
75 privados porque não há regulamentação Federal. Alguns seguros pagam e outros
76 recorrem na justiça para não pagar. Está havendo um movimento para que se aprove
77 uma legislação que normatize a cobrança nacional desse seguros. Foi aprovada a
78 emenda popular ao orçamento do Estado que destina R\$ 9.400.000,00 do orçamento
79 estadual anual para HPS. Secretário Henrique Fontana finaliza propondo que a partir
80 da próxima reunião os conselheiros já possam levar o abaixo-assinado para suas
81 entidades para que se colete um número significativo de assinaturas. Conselheiro
82 Humberto, pergunta ao Secretário se é verdade que há orientação por parte da
83 Secretaria Municipal de Administração - SMA para não controlar pessoal. Secretário
84 Henrique Fontana responde que a despesa do município com a folha de pessoal, hoje
85 é 67%, por isso há necessidade de restringir novas contratações. A posição da direção
86 da SMS é que na Saúde os investimentos em Recursos Humanos são necessários
87 para viabilizar os projetos definidos neste colegiado. Diz que esta proposta de emenda
88 popular possibilitará um aumento de 20% no quadro de pessoal. **2 Atestado de Saúde**
89 **e programa de Saúde do Trabalhador de Porto Alegre:** A equipe: Álvaro, Anelise e
90 Ricardo apresentam a proposta de construção de uma política de Saúde do
91 Trabalhador e entregam aos conselheiros projeto. Após a apresentação os conselheiros
92 fazem alguns questionamentos. Sr. Stênio - Coletivo de Saúde da CUT, informa que o
93 conselho gestor não conhecia a proposta até uma semana atrás. Destaca que há
94 divergência em relação ao trabalho desenvolvido no Centro de Referência em Saúde
95 do Trabalho - CRST e Centro Integrado de Atenção à Saúde do Trabalhador - CIAST e
96 os encaminhamentos e métodos desenvolvidos no Hospital de Pronto Socorro de Porto
97 Alegre também questiona qual será a proposta de formação e capacitação dos
98 profissionais. Finaliza observando que fiscalizar ambientes de trabalho e orientar é
99 tudo...Álvaro responde, que os sindicatos que tem trabalho em Saúde potencializarão a
100 ação fiscalizatória reafirma que o que foi apresentado são caminhos, houve
101 apresentação da proposta ainda incompleta no comitê Gestor. Há proposta de
102 organização da conferência para discussão e deliberação sobre o programa.
103 Conselheira Regina fala que privilegia-se a reabilitação que é a parte curativa.
104 Questiona como está se fazendo a reabilitação? Se há fiscalização...Afirma que não há
105 política pública e sim convênios com serviços privados e estes não tem compromisso
106 com a saúde do trabalhador. Delega-se a terceiros a execução destes serviços e os
107 seqüelados estão em quantidade espera que o gestor municipal se atende para isso.
108 Conselheiro Feliciano relembra os diversos locais e atividades em que já trabalhou
109 muitos sem condições adequadas. Constata que as unidades de reabilitação não dão
110 atendimento integral ao trabalhador. Conselheiro Humberto retoma que o que

111 apresenta pela equipe é uma proposta, mas a tempo de retomar a efetiva participação
112 na construção deste programa com Controle Social não irá se deliberar hoje. Stênio
113 relata que soube pela imprensa que o município está desenvolvendo um projeto de
114 prevenção a AIDS junto aos trabalhadores municipais, e nem houve informe aqui no
115 CMS. Anelise esclarece que foi constituído um grupo de trabalho que não é
116 coordenado pela Política de Saúde do Trabalhador e, sim, pela Secretaria de Governo
117 Municipal - SGM. Participam a Política de Saúde do Trabalhador e outras secretaria. A
118 apresentação do trabalho deste grupo será feita inicialmente à Coordenação de
119 Governo e após irá para discussão em outros fóruns. A conselheira Giovana resgata a
120 proposta de pauta do CLS 4, que trouxe para discussão os atestados de saúde
121 ocupacional, porque algumas unidades fornecem e outras não, baseadas na norma
122 regulamentadora número sete que, responsabiliza os empregados em fornecer os
123 atestados. A partir dessa demanda, é que houve necessidade de trazer para debate a
124 Política de Saúde do Trabalhador do Município. Secretário Henrique Fontana diz que,
125 como gestor fica diante do dilema; o mercado exige que o trabalhador compareça com
126 o atestado para disputar a vaga. Nas unidades de saúde, os próprios médicos, podem
127 e devem dar o atestado, informado a situação da pessoa naquele, se esta solicitar. Mas
128 os serviços devem informar que o atestado de saúde ocupacional, é obrigação da
129 empresa empregadora. O CMS deve ser parceiro no cumprimento da lei e denunciar os
130 órgãos competentes as empresas que se excluem dessa responsabilidade. Quanto à
131 proposta apresentada pela Coordenação da Política de Saúde do Trabalhador, foi uma
132 síntese do que está sendo feito pela equipe. Reafirma que não se trouxe proposta
133 pronta para o conselho aprovar, uma vez que isso, seria inadequado. Observa que
134 existe alguns fóruns e nem sempre poderá cumprir essas etapas. Essa proposta facilita
135 o debate neste colegiado. Propõe que se estabeleça uma relação de confiança no
136 gestor. Ricardo - CST admite que houve erro de avaliação pela equipe ao apresentar a
137 proposta preliminar nesta reunião. Se a partir do segundo semestre fosse apresentada
138 nesse fórum daria tempo de ser avaliada em outras instâncias, Informa que dia 10/7
139 haverá reunião no Conselho Gestor na qual se discutirá esta proposta. Conselheira
140 Regina afirma que o papel do CMS é fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das
141 ações e serviços de saúde. Segundo ela, é obrigação do empregado realizar os
142 exames admissionais, periódicos e demissional. Stênio reforça que é necessário tempo
143 para realizar está discussão dos atestados. Observa que já existe legislação,
144 normalizando a emissão de atestados de saúde ocupacional. Nos postos do estado,
145 hoje não se fornecem esses atestados, Stênio relata que na legislação trabalhista e civil
146 brasileira e em diversos artigos do código de ética médica há referência quanto as
147 implicações médicas e legais englobadas pelo fornecimento de um atestado de saúde
148 ocupacional não correto. Segundo ele, os Sindicatos batalharam para que esta
149 legislação fosse cumprida. Conselheiro Humberto observa que esta discussão deve ser
150 retomada numa próxima reunião. Álvaro informa que a SSMA orienta informalmente
151 suas unidades à fornecerem o atestado de saúde física e mental, mas oficialmente a
152 Procuradoria Geral do Estado tem parecer contrário a este procedimento. Conselheira
153 Maria Alice propõe que estejam presentes nesta discussão, a DRT, Coordenação da
154 Política de Saúde do Trabalhador - ASSEPLA e a Comissão de Saúde do Trabalhador -
155 CMS. Iría sugere que os outros CLS tragam uma posição para quando haver este
156 debate, a exemplo do CLS 4. **3 Prestação de Contas** (primeiro trimestre de 1997):
157 Secretário Henrique apresenta a prestação de contas dos recursos financeiro-
158 orçamentário sob a gestão do SUS municipal. Explica que as diretrizes que nortearam
159 sua elaboração, além do aspecto legal, se fundamentaram na busca de uma forma que
160 tornasse esta de mais fácil leitura e entendimento pelos conselheiros. Sr. Elci -
161 Coordenação Técnica Administrativa - CATA/SMS, salienta que a pretensão da
162 Secretária é abrir a discussão da prestação de contas para o Conselho. Finaliza
163 informando que haverá uma periodicidade trimestral na prestação de contas nos
164 moldes da que foi distribuí. Foi distribuída nesta reunião par ao plenário. Conselheira
165 Maria Alice propõe que a Secretaria Técnica do Conselho aprecie a prestação em

166 questão e após retorne a este colegiado para apreciação. **Informes:** Conselheira
167 Rejane, convida todos à participarem do Congresso de Profissionais de Enfermagem.
168 Questiona o Secretário sua ausência ou de representação na abertura do Congresso.
169 Informa que após o Congresso haverá festa no Clube Caixeiros Viajantes dia 04/7.
170 **Relato do Seminário:** Conselheiro Manoel apresenta os seguintes encaminhamentos:
171 Elaboração do relatório final do seminário, que será entregue na próxima reunião do
172 conselho - 17/7; Conselheira Rejane salienta que o aspecto mais abordado durante o
173 seminário foi como exercer de forma efetiva o Controle Social. Retomar o Núcleo de
174 Coordenação, Comissão de Fiscalização e reorganização dos Conselhos locais que
175 atualmente não se reúnem. Gerente Distrital Neusa informa que a Comissão do CLS 8
176 está se reunindo e identificando lideranças comunitárias e entidades da região centro,
177 com o objetivo de estimular a participação popular neste conselho. **Próximas Pautas:**
178 CLS 5 propõe discutir sobre o serviço de Pronto Atendimento do PAM 4; deliberações
179 do seminário de conselheiros. Nada mais tendo a tratar a reunião foi encerrada
180 aproximadamente às 22hs. Porto Alegre, 17 de julho de 1997.

181

182

183

Maria Elaine Facioni
Secretária do CMS/POA

Jane Pilar

Secretária Executiva CMS/POA

184

185

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 07/08/1997.

186